

O DESASSOSSEGO JESUÍTICO: RESISTÊNCIA INDÍGENA À COLONIZAÇÃO CRISTÃ NA AMÉRICA PORTUGUESA DO XVI

Heitor Velasco Fernandes Guimarães*

Resumo. A atuação dos jesuítas na América Portuguesa do século XVI passou por constantes mudanças e adaptações à realidade local, devido às manifestações contrárias por parte dos nativos ao processo de catequização. Os choques culturais entre europeus e índios nos permitem perceber a coexistência de negociações e conflitos nas relações estabelecidas entre agentes sociais de distintas identidades e realidades culturais.

Palavras-chave: alteridades; resistências; indígenas.

Abstract. The actions of the Jesuits in America Portuguese of the 16th century underwent constants modifications and adaptations on the local reality due to reactions adverse manifested by native indians. The cultural clashes among europeans and indians, allow us to realize the coexistence of negotiations and conflicts on the relations established among social agents of differentiate identities and realities.

Key words: identities; resistances; indians

Pretende-se com este trabalho resgatar a dimensão da historicidade dos povos indígenas e de seus sistemas culturais; devemos saber que não podemos refletir sobre as sociedades indígenas de hoje com os mesmos critérios que refletimos sobre os povos de séculos anteriores. Constatar a consciência de preservação e reprodução de costumes tradicionais, dos hábitos dos antepassados, característica marcante da maioria destes grupos indígenas, não significa dizer que as tradições se mantêm as mesmas. Cada povo indígena tem uma determinada trajetória social formada por trocas culturais estabelecidas com outros povos, tanto de índios como de não-índios, em diferentes momentos históricos. A identidade cultural de um povo se constitui através de processos de construções, desconstruções e reconstruções, e nesse sentido ao pensarmos os grupos indígenas atuais e os que habitavam a América Portuguesa do século XVI, não podemos deixar de ter em mente o caráter histórico de suas ações (HALL, 2001: cap.1). Os índios nomeados Tupi e Tapuia no XVI são homens marcados pelo seu tempo e suas atividades refletem isto. É importante mantermos clareza

* Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

sobre esta dimensão temporal e espacial para melhor compreendermos práticas culturais, relações intertribais e mediações entre índios e não-índios. Afirmar que os índios vivem no tempo presente e não estão presos como figuras inertes a um passado colonial, é importante para identificarmos o peso da história sobre as atuais condições de existência dos indígenas.

A partir da análise das cartas dos padres Manoel da Nóbrega, Luís da Grã e José de Anchieta (respectivamente 1º, 2º e 5º Provinciais¹), tenho a intenção de identificar as mais variadas formas de resistência nativa, tentando entendê-las em suas especificidades. Pretendo perceber a transformação histórica das situações de contato, aonde a resistência indígena vai se mostrar sempre presente, considerando permanências e transformações sociais, e adaptações e resignificações do olhar ameríndio sobre o desenrolar histórico compreendido em seu próprio tempo, no próprio momento em que se constrói. Analiso e interrogo as cartas da Companhia, no intuito de resgatar faces das sociedades indígenas implicitamente expostas nas entrelinhas dos discursos católicos, considerando-os não como a realidade em si, mas como relatos repletos de filtros culturais; que nada mais são do que formas de narrar o outro, traduzindo-o através de sistemas cognitivos e valores morais que tornam a alteridade culturalmente compreensível (GEERTZ, 1978: cap.4).

A partir do momento em que chegaram às terras americanas, os padres da Companhia de Jesus, tendo como base pressupostos culturais e valores europeu-cristãos, se viram obrigados a conferir sentido à diferença – a alteridade indígena – para tentar compreender as culturas nativas e legitimar as práticas missionárias. O ato de interpretar o Outro, utilizando-se de critérios próprios de percepção da realidade a fim de encaixar a “estranheza” daquele novo mundo cultural dentro de uma lógica coerente à visão de mundo jesuítica, induzia os padres a formular símbolos de diagnósticos, desconsiderando e inferiorizando os valores culturais e morais próprios dos nativos. É a partir da apropriação que fazem dos ameríndios, fruto não só do contato com estes, mas também de todo um imaginário trazido da Velha Europa, que nasceria o olhar colonizador: todas as ações jesuíticas naquelas novas terras seriam justificáveis, pois seriam os inicianos os responsáveis pela salvação daquelas almas selvagens.

¹ Cargo maior que um jesuíta poderia atingir em seu trabalho missionário na província para a qual era enviado. Sua função era de coordenar e dar unidade às atividades da Companhia de Jesus nas colônias.

No contexto deste trabalho os padres Manuel da Nóbrega e Luís da Grã nos servem de exemplo para ilustrar como as relações luso-indígenas foram construídas a partir de visões de mundo tão conflitantes. Os diagnósticos elaborados por estes cristãos surtiriam efeitos nocivos sobre os povos indígenas e nos remetem a uma certa incapacidade - ou impossibilidade - daqueles jesuítas entendê-los em suas manifestações religiosas e hábitos cotidianos. Desta incapacidade constrói-se um desassossego, uma inquietação certamente perturbadora aos sentidos jesuíticos, fator que contribuiria notavelmente na modificação do olhar dos padres, acabando por se refletir nas formas de se lidar com o Outro. Não podemos deixar de atentar que é o próprio comportamento dos índios que geram as incompreensões; é, portanto, das ações indígenas que emerge o desassossego. Este incômodo resultante da dificuldade de compreensão da alteridade também pode ser percebido como um obstáculo às ações missionárias: as estratégias das atividades apostólicas teriam que ser reelaboradas a fim de se adaptarem à realidade local.

Incorpora-se à idéia do desassossego provocado pela necessidade de adaptação jesuítica à dinâmica interna das terras americanas, o desassossego entendido como a impossibilidade dos inacianos colherem os frutos de seus trabalhos. Se ali estavam para cumprir determinada tarefa de acordo com seus compromissos, não só para com a Companhia de Jesus, mas para com Deus, podemos imaginar o atordoamento, o transtorno de uma mente doutrinada como era a de um jesuíta, o perceber que sua missão não prosperava. E ao lembrarmos que o que está em jogo na salvação do Outro é a própria salvação/santificação pessoal do padre, a idéia de inquietação cristã adquire contornos mais amplos (NEVES,1974: p.31).

“Primeiramente o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como criaturas que são racionais (...)” (LEITE:1954, p.447); estas são as palavras iniciais da carta de 58 que culminaria na elaboração do Plano das Aldeias. O próprio surgimento da idéia da criação de aldeamentos é característico da especificidade da experiência jesuítica em solo brasílico. Em linhas logo abaixo, o jesuíta aponta as justificativas da submissão a ser dada aos nativos: a alteração de postura se faz necessária devido ao comportamento indígena adverso às intenções católico-colonizadoras. Esta carta de 1558 nos revela um perfil cada vez mais autoritário que ia adquirindo a figura do jesuíta:

“Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos Índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S.A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata.” (IDEM, 1954: p.449).

Para tornar aceitável sua proposição o inaciano associa retoricamente interesses econômicos e interesses religiosos. Os benefícios seriam inúmeros tanto para Deus, que ganharia muitas almas através de uma conversão mais eficiente, quanto para a Coroa que obteria muitos lucros através da exploração da mão de obra nativa. Outro aspecto a ser destacado é a convivência do jesuíta com a escravidão indígena. A sua crítica à escravidão ilegítima não desmente a aceitação desta pelo jesuíta, mesmo antes de formuladas as leis que a legitimaram.

Devemos atentar para a dimensão da gradação das transformações de olhares para nos darmos conta de que estes processos são imbricados e não se constituem apenas de etapas que se sucedem; a transformação é marcada por avanços e recuos simultâneos. Desta forma podemos perceber as tensões inerentes ao processo, onde pessimismo e otimismo se mesclavam um ao outro e onde esperança e desolação podiam perfeitamente coexistir; porém, não sem conflitos. E é justamente esta idéia do conflito interno de um jesuíta que acentua a inconveniência do comportamento social dos indígenas para o projeto de doutrinação cristã. As reações indígenas à catequese inaciana provocavam nos padres angústias e inquietações desmedidas.

Questões semelhantes às suscitadas pela análise das cartas de Nóbrega podem ser levantadas e discutidas a partir das cartas escritas pelo padre jesuíta Luís da Grã, que seria enviado em missão às terras tupiniquins em 1553, e chegaria ao Brasil nas mesmas embarcações em que vieram o 2º governador geral Duarte da Costa e o Irmão José de Anchieta. Em carta de 1554 Luís da Grã manifesta-se alegre por já serem divulgadas às

Constituições², que se sabe terem sido enviadas para Portugal e outras províncias em 1553. Esta dita alegria não se deve a um mero contentamento, pois nos diz muito a respeito de como o jesuíta necessitava de um auxílio, de orientações para guiar sua conduta em relação à alteridade confrontada. A “diferença” dos indígenas incomodava o futuro Provincial a ponto de fazê-lo não saber como agir ou em que base sustentar suas ações; a despeito de sua indubitável confiança em agir para a glória e com a ajuda de Deus.

Em 1557, o 2º Provincial narra: “(...) *por esta causa se pierde em mui poco tiempo quanto com ellos se trabaja em muchos años, como nos há acaecido em otros lugares deste Brasil(...) no se puede cojer fructo alguno*” (LEITE, 1954: p.360). O jesuíta desolado constata as dificuldades que enfrentava ao lidar com estes seres de hábitos tão divergentes ao que requeria uma eficaz conversão aos valores cristãos. Os inicianos não podiam manter uma unidade de ação, pois os indígenas desarticulavam a organização social a que eram submetidos. Os padres, nesta época, ainda não podiam se ancorar em dispositivos legais para subjugar os índios à força. Daí o Padre na dita carta demonstrar enorme preocupação em receber ordens, destacando a muita necessidade que tinha de instrução para orientar seu modo de proceder; era muito necessária a resposta a sua carta, para uniformizar as ações da Companhia no Brasil ao exemplo das Constituições jesuíticas.

Todavia, o cenário colonial estava em contínua mudança devido às novas e diferentes relações de contato luso-indígenas que iam se estabelecendo, o que acarretava na progressiva alteração da conduta jesuítica frente ao Outro. Devemos lembrar que a elaboração do projeto dos aldeamentos se encaixa no processo de modificação do olhar jesuítico sobre os povos nativos. A submissão dos indígenas aos aldeamentos jesuíticos, respaldada pelo aval da Coroa, impunha limites às ambições dos colonos, garantindo aos padres o monopólio das almas. Este domínio sobre as almas nativas apresentava-se como uma necessidade urgente, na medida em que percebemos que o desassossego jesuítico tendia a se tornar um sentimento cada vez mais angustiante em meio àquela situação de descontrole das terras americanas.

A carta do padre José de Anchieta, escrita em 1565, apresenta-se como materialização da problemática já incitada pela análise das fontes trabalhadas anteriormente: as cartas de

² Regras e normas que estabeleciam as diretrizes da instituição Companhia de Jesus. Esta fundada em 1539, e na época em questão, ainda se consolidando e se constituindo como instituição papista diante da instabilidade do quadro político-religioso europeu nos tempos de Contra-Reforma.

Nóbrega e do padre Luís da Grã nos introduzem no campo das dificuldades dos jesuítas em converter o gentio à religião católica, devido às reações contrárias por parte dos indígenas à internalização de valores que em nada lhes dizia respeito. Todavia, agir contra os princípios cristãos era uma coisa; agir contra a pregação missionária, de forma organizada e com a intenção deliberada de fazer-lhes guerra era outra completamente diferente. O momento histórico ao qual nos remete a carta de Anchieta, em suas próprias palavras, seria o período “(...) *das grandes opressões, que dão a esta terra uns nossos inimigos chamados Tamuya, do Rio de Janeiro(...)*” (ANCHIETA, 1988: p.207). Delineava-se assim um quadro político-social onde os jesuítas começavam a se referir a certa nação de índios como inimigos. A dita carta de Anchieta atesta a existência de uma forma de resistência indígena a qual os jesuítas tiveram de elaborar estratégias de defesa para conseguir dar prosseguimento às suas atividades missionárias.

Para compreendermos bem as relações luso-indígenas naquele contexto colonial devemos analisar com cuidado as alianças estabelecidas entre grupos de ameríndios e portugueses, considerando-as não como pactos rígidos e imutáveis, mas sim instáveis e de constantes reconfigurações conforme os interesses em jogo. Cabe ressaltar aqui que o processo de constituição de alianças não se configurava por condições impostas pelos portugueses, mas obedeciam também a uma lógica própria de organização social e mental dos indígenas em questão; se reforça assim seu caráter de “agentes sociais”, pois os grupos nativos faziam seus pactos e alianças de acordo com suas necessidades circunstanciais. É sabido que os portugueses mantinham tratos com os Tupiniquim e que estes guerreavam com os Tupinambá; entre os diversos grupos que se encaixavam nesta categoria podem ser incluídos os índios Tamoio. Os Tamoio então, se inimigos dos Tupiniquim, também se tornavam inimigos dos portugueses e, por conseguinte, os portugueses se aliados aos Tupiniquim se tornavam contrários dos Tamoio. A hostilidade que os Tamoio apresentavam em suas relações com os cristãos seria devido à interferência dos portugueses nas guerras entre índios Tupi e Tamoio; a raiva dos indígenas estaria canalizada indiretamente contra os portugueses. Estes não seriam inimigos por si só, mas apenas no ato de se aliar aos Tupi.

“(...) *Porque sempre foram vencidos e maltratados com favor dos Portugueses, queriam eles agora com o mesmo favor ser vencedores e vingar-se bem deles, matando e comendo á sua vontade (...)*” (IDEM, 1988: p.209). A construção histórica dos jesuítas como

um diferente tipo de agente colonizador - os protetores dos índios - poderia encontrar aqui um obstáculo. Se por um lado seus métodos de lidar com os nativos eram peculiares, por outro, o fim último de seus métodos seria idêntico ao de outros colonizadores: dar a estrutura social que ia se instituindo uma ordem, para que a colonização portuguesa, em seus aspectos político-militar-religiosos, fosse empreendida com sucesso. Podemos também observar nesta passagem da carta, uma dimensão da organização social indígena que não pode passar desapercibida: o sentimento da vingança, que está associado à função social da guerra e que sempre fora uma característica indígena mal vista pelos olhos jesuíticos. Vingando os parentes ou componentes da tribo mortos em combates passados dizia respeito à honra dos indígenas e, a partir do momento em que estes viam os padres da Companhia como impedimento à conquista da honra, a vingança haveria de voltar-se contra eles. É interessante notar que a luta dos Tamoio, à primeira vista é contra os Tupi e não contra os portugueses, enquanto a batalha dos jesuítas é contra o Demônio e não contra os índios. Só mesmo a complexidade da estrutura social daquela colônia em construção poderia explicar como estes conflitos indiretos tornaram-se confrontos diretos. Resultaria em embates inevitáveis a necessidade da honra contra a salvação das almas.

Não podemos deixar de atentar a um aspecto muito importante do contexto histórico dos acontecimentos narrados nesta carta: a presença francesa no Rio de Janeiro e sua aliança com os índios Tamoio. As divergências religiosas entre franceses calvinistas e portugueses católicos não devem ser menosprezadas no ambiente colonial do Novo Mundo. No caso, a proximidade dos Tamoio com os franceses foi fator importante para uma ainda maior hostilidade destes indígenas para com os portugueses; podemos então pensar no protestantismo francês e suas ambições colonialistas como um motivo a mais de impulsão dos Tamoio à guerra. Não devemos, contudo, destituir dos índios a iniciativa dos combates e muito menos pensar, como talvez pretendesse Anchieta, que eles estariam defendendo os franceses de seus inimigos religiosos. A guerra movida pelos índios Tamoio obedece a uma lógica interna tribal de perceber a situação histórica vivenciada e interferir nela para sua reprodução e sobrevivência como povo. Está relacionada a uma resistência cultural frente a uma ameaça identificada principalmente na figura do colonizador português.

Anchieta segue nos contando sobre contratemplos enfrentados e notamos que suas palavras constroem propositadamente um ambiente de insegurança e tensão:

“(...) ordenou Nosso Senhor para que entendêssemos que todo nosso bem e salvação nos vinha dele, que a maior parte dos Índios dos lugares em que tínhamos alguma confiança que nos defenderiam dos seus, se quisessem fazer-nos mal, estivessem ausentes; chegando pois aquele principal com suas dez canoas veio logo falar-nos com danado ânimo, o qual era homem alto, seco e de catadura triste e carregada e de quem tínhamos sabido ser mui cruel. Êste, pois, entrou com muitos dos seus com um arco e flechas na mão, vestido numa camisa, e assentado em uma rêde começou a tratar das pazes, e a tudo o que lhe dizíamos se mostrava incrédulo e duro, trazendo á memória quantos males lhe haviam feito os nossos, e como a ele mesmo haviam já prendido em outro tempo com pretexto de pazes(...)” (IDEM, 1988: p.216).

Um Índio Principal tratando das pazes com arco e flechas em mãos: como não refletir sobre o simbolismo desta imagem? Além de revelar-nos uma situação de extrema tensão, identificamos no relato a coexistência da negociação e do conflito. Nos afastamos, assim, de uma perspectiva analítica dicotômica onde as mediações excluem as lutas e os pactos negam os embates; a percepção da existência simultânea de confrontos e tratados firmados enriquecem a visão histórica sobre as relações entre jesuítas e indígenas na especificidade do século XVI.

O desenrolar dos acontecimentos coloniais parecia criar cada vez mais obstáculos à prosperidade da missão de paz. Por sua vez era o próprio empreendimento desta missão que criava as condições históricas de seu insucesso: ao provocar uma alteração na dinâmica das terras americanas pré-conquista, contribuía para a divisão interna de grupos indígenas outrora unificados, tornando-os adeptos ou contrários da paz pretendida. Este “racha” interno implicava no voltar-se contra antigos aliados, mesmo sem pactuar com inimigos tradicionais.

Assim, Anchieta passa a distinguir os Tupiniquim - antes amigos - entre si, denominando-os rebeldes ou discípulos: o propósito de quebrar as pazes condizia com uma circunstância forjada pelos colonizadores ao mesmo tempo que obedecia a uma lógica própria dos indígenas. Era necessário evitar a paz para manter o equilíbrio social, que residia no

guerrear com os “velhos” inimigos tribais. A partir de um determinado momento histórico complexificava-se aquela estrutura social: os padres da Companhia percebiam-se ameaçados tanto por índios Tamoio discordantes da paz, quanto por índios Tupiniquim insurgentes. Duas faces da resistência, ainda que opostas.

Com a partida de Nóbrega, chegamos ao período da carta onde o inaciano nos narra momentos de extrema angústia; um período crítico no qual a cada dia o padre bebia muitos tragos de morte.

“(...) e conhecendo de todo a grande falsidade daquela gente e sua pouca constancia no bem começado e muita arte para dissimular maldades que determinavam cometer, acabei de persuadir-me que mui pouca coisa bastava para os mover a nos dar a morte, e determinei de me dar mais intimamente a Deus, procurando não só achar-me mais aparelhado para recebê-la, mas também desejá-la e pedi-la a Deus Nosso Senhor com continuas orações e inflamados desejos, e confesso minha fraqueza que muito me afligia a carne com contínuos temores(...)” (IDEM,1988: p.227).

Cabe-nos fazer algumas considerações acerca das inúmeras “mentiras” contadas pelos índios entre si, para convencer seus parentes e amigos a se voltarem contra os cristãos. Anchieta as menciona constantemente ao longo da carta. O próprio ato de qualificar certos argumentos indígenas como dissimulações, tanto nos mostra a percepção do padre sobre as implicações sociais daquela “pregação” anti-cristã, quanto nos revela os indígenas modelando a história de acordo com suas intenções políticas. Por intenções políticas devem-se entender as manipulações das conveniências históricas por parte dos índios para atingir determinados fins. No contexto da “missão de paz” seria a tentativa de desfazer as alianças que estavam se construindo com os padres da Companhia, pois ao que tudo indica alguns nativos percebiam a ameaça à organização interna das tribos, que representava o fazer pacto com os portugueses.

O que a carta nos permite ver é a construção de um significado daquelas ações ameríndias para Anchieta, e a partir desta podemos conferir-lhes um valor histórico, um sentido simbólico; sem deixar de atentar que os processos históricos decorrentes se delineavam a partir destas próprias ações. Mostra-se claro no relato que as dissimulações, as mentiras, as traições e a falsidade que o inaciano percebia na atitude daqueles índios

implicava diretamente no temor, na importunação, no desassossego sentido pelo jesuíta; o incômodo relatado pelo padre não faz outra coisa senão revelar-nos significativos indícios de resistência indígena.

“*Quero acabar de escrever o fim desta paz, o qual foi verdadeiramente fim de paz e princípio de nova guerra (...)*” (ANCHIETA,1988:p.243). Por estar escrevendo esta carta em fins de 1564 e início de 1565 o jesuíta traça algumas considerações sobre o período que sucedeu à missão de paz. Está claro neste fragmento da carta que a missão em si havia malogrado; porém, as implicações sociais das reconfigurações de alianças - consequência da missão - e das novas relações intertribais e entre índios e cristãos, marcariam os períodos posteriores.

Esta comunicação teve como objetivo evidenciar a existência de resistências indígenas ao processo de dominação luso-cristão. A eficaz ocupação das terras americanas e o desenvolvimento produtivo da colônia dependiam intrinsecamente do controle de seus habitantes nativos. Os trabalhos de catequese jesuítica eram voltados para submeter aos indígenas modelos de pensamento e comportamento que se tornassem compatíveis com o “ser” europeu, a fim de estabelecer uma certa ordem social que satisfizesse os interesses políticos em questão.

O gradual estabelecimento de relações entre povos indígenas da costa e os primeiros portugueses aqui chegados foi promovendo mudanças recíprocas nos modos de viver de cada grupo, formando assim novas dinâmicas sociais nas terras nativas. Destas trocas culturais, podemos supor que os ameríndios reagem – tanto positiva quanto negativamente - aos costumes europeus que nada diziam respeito aos hábitos indígenas tradicionais. As reações contrárias ao *modus vivendi* europeu são as que nos permitem perceber o grau de rejeição aos hábitos culturais portugueses, à medida que estes iam se inserindo cada vez mais nas dinâmicas sociais nativas. Podemos entender o contato como fruto de processos seletivos; o contato é pensado pelos índios.

A necessidade dos jesuítas empreenderem uma missão de paz, visto que consideravam os ataques Tamoio uma ameaça à prosperidade da colônia e à continuidade dos trabalhos missionários, acentua o “caráter resistente” dos indígenas. Os conflitos que se

travavam e o crescente desassossego sentido pelos jesuítas nos atestam a hostilidade indígena frente àqueles que desejavam convertê-los e dominá-los.

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. Coimbra, 1954.

NEVES, Luis Felipe Baeta. *O Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1974.